



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

Ofício PBH Ativos/CMBH/85/2017

Belo Horizonte, 17 de maio de 2017.

Ref.: *Demonstrações Financeiras – exercício de 2016.*

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 7º da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, encaminhamos ao digno Presidente, para apreciação, as Demonstrações Financeiras da PBH Ativos S/A, referentes ao exercício de 2016, incluindo o Parecer de Auditoria, elaborado pelos Auditores Independentes.

Colocando-me à disposição, conforme previsto no Art. 10, da citada Lei 10.003, quando convocado, para apresentação do relatório financeiro da PBH Ativos S/A em Audiência Pública conjunta das Comissões de Administração Pública e Orçamento e Finanças Públicas

Atenciosamente,

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH ATIVOS S.A

CÂMERA MUNICIPAL DE BELTE 17/Mai/2017 14:41 000008725

CRT - D. Pref. - Legislativa - 7-Mai-2017-17:03-002904-1/1

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador Henrique Braga
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMBH



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

PBH ATIVOS S.A.

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações contábeis**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

PBH ATIVOS S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PBH Ativos S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PBH Ativos S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PBH Ativos S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

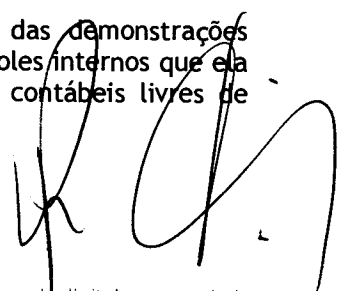
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da **PBH Ativos S.A.** correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações em 14 de abril de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

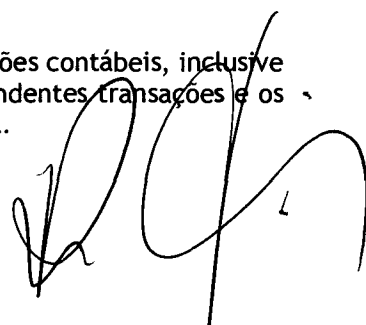
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



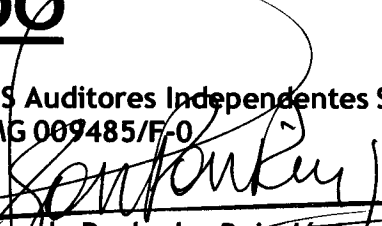


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - MG


Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3



PBH Ativos S/A

Investindo em Belo Horizonte

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015		Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.626	61.624	Empréstimos e Financiamentos	10	972	863
Créditos a receber	5	128.784	141.856	Debêntures	11	99.264	105.030
Impostos a recuperar	6	7.062	4.626	Fornecedores	-	79	32
Outros Ativos	-	19	12	Impostos e Obrigações a recolher	12	73	58
		188.491	208.118	Salários, Remunerações e encargos sociais	13	117	128
Não circulante				Provisões Trabalhistas	14	203	164
Créditos a receber	5	772.925	809.683	Outros Passivos	-	47	223
Depósitos Judiciais	15	3.948	-			100.755	106.498
Aplicações Financeiras	7	7.685	25.410	Não circulante			
Garantias e Cauções	8.1	61.069	82.223	Empréstimos e Financiamentos	10	5.535	6.393
Créditos Fiscais	20.2	27.877	15.147	Debêntures	11	532.092	637.773
Bens Destinados à Venda	9	39.435	39.435	Garantias e Cauções Passivas	8.2	15	22.666
Imobilizado	-	148	176	IRPJ e CSLL diferidos	20.1	78.477	50.624
Intangível	-	16	15			616.119	717.456
		913.103	972.089	Patrimônio social	16		
Total do ativo		1.101.594	1.180.207	Capital social	-	284.280	284.280
				Reserva de lucros	-	100.440	71.973
						384.720	356.253
				Total do passivo e do patrimônio líquido		1.101.594	1.180.207

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas	17	125.009	111.781
Custos	18	<u>(83.601)</u>	<u>(64.632)</u>
Lucro bruto		41.408	47.149
Despesas com pessoal	-	(2.145)	(1.976)
Despesas administrativas	-	(3.020)	(2.970)
Despesas tributárias	-	(315)	(220)
Outras receitas/despesas	-	<u>(221)</u>	<u>(1.833)</u>
		(5.701)	(6.999)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras		35.707	40.150
Receitas Financeiras	19	16.289	22.054
Despesas Financeiras	19	<u>(906)</u>	<u>(1.017)</u>
Receitas financeiras líquidas		15.383	21.037
Resultado antes dos impostos		51.090	61.187
Imposto de Renda/CSLL	20	12.614	9.114
Provisão Imposto de Renda/CSLL diferidos	20	<u>(27.737)</u>	<u>(30.069)</u>
		(15.123)	(20.955)
Lucro líquido do exercício		35.967	40.232
Lucro líquido do exercício por ação		1,09	1,22

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	35.967	40.232
Outros resultados	-	-
Resultado abrangente do período	35.967	40.232

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de Reais)

	RESERVAS DE LUCROS			Lucro Líquido	Total
	Capital social	Reserva legal	Res. Lucros a Destinar		
Saldo em 31/12/2014	281.986	1.571	29.846	-	313.403
Aumento de Capital	2.294	-	-	-	2.294
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.232	40.232
Transferência Para Reservas	-	2.012	38.544	(40.232)	324
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	284.280	3.583	68.390	-	356.253
Lucro líquido do exercício	-	-	-	35.967	35.967
Transferência Para Reservas	-	1.798	34.169	(35.967)	-
Juros Sobre o Capital Proprio	-	-	(7.500)	-	(7.500)
Saldo em 31/12/2016	284.280	5.381	95.059	-	384.720

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	35.967	40.232
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	33	28
Variação monetária líquida	(19.772)	(24.714)
Custo de captação amortizado	552	516
Despesas de juros	11.601	15.263
Provisão de Impostos Diferidos	27.737	30.069
Créditos Fiscais	(12.614)	(9.114)
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(31.258)	(37.287)
	12.246	14.993
Redução (aumento) nos ativos		
Recebimento de créditos	173.124	169.702
Despesas antecipadas	(9)	
Impostos a recuperar	(2.436)	(3.407)
Outros Ativos Circulantes	2	232
Realizável a Longo Prazo	34.930	(10.194)
	205.611	156.333
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	47	17
Impostos e Obrigações a recolher	15	8
Obrigações sociais e trabalhistas	(11)	40
Provisões trabalhistas	39	67
Garantias contratuais	(22.651)	6.657
Outros Passivos	(176)	2
	(22.737)	6.791
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	195.120	178.117
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	(4)	(100)
Caixa líquido (Aplicado) nas atividades de investimentos	(4)	(100)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(7.500)	
Amortização de empréstimos e financiamento	(1.565)	(1.536)
Amortização de debêntures	(195.049)	(170.317)
Caixa líquido (Aplicados) nas atividades de financiamentos	(204.114)	(171.853)
Redução/aumento no caixa e equivalentes de caixa	(8.998)	6.164
Caixas e equivalentes no início do exercício	61.624	55.460
Caixas e equivalentes no final do exercício	52.626	61.624
Redução/aumento no caixa e equivalentes de caixa	(8.998)	6.164

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2017.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.1. Base de mensuração

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos principais ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis serão reconhecidas no exercício em que as estimativas forem revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Regime de competência

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas transações.

3.2. Ajuste a Valor Presente (AVP)

Permite a correção de julgamento acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

No período apresentado, a Companhia não apresentou ajustes significativos em suas demonstrações contábeis.

3.3. Ajuste a valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros está avaliado pelo montante em que cada instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas, com exceção de uma venda forçada ou liquidação.

3.4. Ajuste a valor recuperável de ativos

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia deve avaliar se há indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. Se houver, a Companhia deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente eventuais desvalorizações.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não apresentou perdas significativas em seus ativos ou conjunto de ativos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

3.6. Créditos e/ou títulos a receber

Os créditos e/ou títulos a receber são representados pelas seguintes operações:

a) Créditos COPASA a receber

Correspondem a créditos financeiros perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, inicialmente detidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e que foram utilizados pela mesma para integralização de aumento de capital na PBH Ativos, passando está a deter os direitos sobre os citados créditos (vide nota 5.1).

b) Direitos creditórios a receber

Correspondem a valores relativos à integralização das debêntures emitidas em 1º de abril de 2014 pela Companhia, as quais foram totalmente subscritas pelo Município de Belo Horizonte, que, através da Lei Municipal nº 10.003 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, foi autorizado a ceder créditos autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários, vencidos e parcelados pelo contribuinte, que se encontram ou não inscritos em dívida ativa do Município (vide nota 5.2).

3.7. Ativo não circulante

Compreende os valores cuja realização acontecerá após 12 (doze) meses da data do balanço patrimonial. Além disso, representa grupos de contas e aplicações financeiras destinadas a cauções e garantias dadas pela PBH Ativos em contratos de Parcerias Público-Privadas do Município de Belo Horizonte.

3.8. Bens destinados à venda e/ou negociações

Correspondem a terrenos adquiridos em abril de 2012, assim como terrenos recebidos em setembro de 2014 e setembro de 2015 através de integralização de capital do Município (vide nota nº 9).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Ativo imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da Companhia composto por bens móveis está registrado inicialmente pelo custo de aquisição. Não ocorreram até o momento fatores que indiquem que a vida útil, valor residual ou mudança tecnológica desde a data de aquisição que possam levar à necessidade de mudança da estimativa contábil.

Considerando suas características e utilização, a companhia não aferiu valor recuperável dos referidos ativos pelo fato de não haver previsão para baixa de tais ativos ou obtenção de qualquer receita relevante ao final da vida útil.

b) Depreciação

A depreciação é calculada sobre os valores depreciáveis, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado baseando-se no método linear.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do imobilizado da Companhia, para o período findo em 31.12.2016, são os seguintes:

Percentual depreciação	Vida útil (anos)	Taxa de depreciação
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Computadores e Informática	5 anos	20%

3.10. Ativos intangíveis

Compreende os direitos que tenham por objeto bens não corpóreos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reconhecimento e mensuração

Bens adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Estes ativos estão representados por programas (softwares) não customizados adquiridos pela Companhia.

b) Depreciação

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual e reconhecida no resultado utilizando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do intangível da Companhia, para o período findo em 31.12.2016, são os seguintes:

<u>Percentual amortização</u>	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>Taxa de amortização</u>
Direito de Uso de Software/Licenças	5 anos	20%

3.11. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.12. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio líquido, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

A seguir, avaliação da Companhia quanto a natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações aplicadas para o exercício de 2016:

Melhorias anuais - Ciclo 2012-2014, essas melhorias incluem:

IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas. Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio de venda ou distribuição aos titulares. A alteração esclarece que a mudança de um desses métodos de alienação para outro não seria considerada um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Esta alteração deve ser aplicada prospectivamente.

Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos

As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 - Combinação de Negócios para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é reavaliada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for mantido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação inicial em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta, sendo aplicadas prospectivamente. As referidas alterações não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não houve aquisição de participação em operação conjunta durante o período.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Contratos de serviços: A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidenciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidenciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações.

Aplicabilidade das alterações à IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas: A alteração esclarece que as exigências de evidenciação de compensação não se aplicam a demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a não ser que tal evidenciação forneça uma atualização significativa às informações divulgadas no relatório anual mais recente. Em caso de necessidade de aplicação deverá ser feito de forma retroativa.

Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 - Ativo imobilizado e na IAS 38 - Ativos Intangíveis que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados com base na operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia e suas subsidiárias, uma vez que não foi utilizado o método baseado em receitas para amortização dos ativos não circulantes.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam adotando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

A alteração esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados de alta qualidade é avaliada com base na moeda de denominação da obrigação, e não no país em que se encontra a obrigação. Quando não existe um mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração é aplicada retrospectivamente.

IAS 34 - Demonstração Intermediária

A alteração esclarece que as divulgações intermediárias exigidas devem ser feitas nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência cruzada entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que sejam incluídas no relatório financeiro intermediário (por exemplo, no relatório de comentários da administração ou relatório de riscos). As demais informações no relatório financeiro intermediário devem estar disponíveis aos usuários nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intermediárias e na mesma época. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Essas alterações não terão nenhum impacto sobre a Companhia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 15 Revenues from contracts with customers

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados. Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31.12.2016 os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos		4	3
Aplicações financeiras	4.1	52.560	61.599
Numerários em trânsito	4.2	62	22
		52.626	61.624

4.1. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de investimentos no Banco do Brasil.

No início do exercício de 2016 a conta de aplicação na Caixa Econômica Federal na modalidade de CDB, foi reclassificada como não circulante, tendo em vista que o vencimento dessa aplicação é previsto para o ano de 2018.

4.2. Numerários em trânsito

Correspondem a valores reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

5. Créditos a receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a COPASA MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para garantias de PPP e na operação de debêntures, respectivamente.

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que os mesmos, dadas a suas naturezas e origens, não poderão ser negociados no mercado. Os saldos em 31.12.2016 estão assim apresentados:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2016	31/12/2015
Copasa MG	5.1	17.102	15.985
Direitos Creditórios a Receber	5.2	111.682	125.871
Circulante		128.784	141.856
Copasa MG	5.1	239.422	239.771
Direitos Creditórios a Receber	5.2	533.503	569.912
Não Circulante		772.925	809.683

5.1. Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29/05/2012, com vencimento em dezembro de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

	Saldo em				
	31/12/2015	Recebimento	Atualização	Transferências	31/12/2016
Circulante	15.985	(16.749)	-	17.866	17.102
Não Circulante	239.771	-	17.517	(17.866)	239.422
Circulante	255.756	(16.749)	17.517	-	256.524

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualização mensal, são classificados conforme demonstrados no quadro abaixo:

DESDOBRAMENTOS DO SALDO A RECEBER
CRÉDITOS COPASA MG

Classificação	Saldo
Até 12 meses	16.792
de 12 a 24 meses	16.792
de 24 a 36 meses	16.792
de 36 a 48 meses	16.792
de 48 a 60 meses	16.792
após 60 meses	172.564
TOTAL	256.524

Estes créditos foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias penhoradas em favor da mesma (vide nota nº 8.1.a).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Direitos creditórios a receber

Referem-se a Direitos de Créditos Autônomos com um fluxo de recebimento até março de 2029. Foram utilizados pelo Município de Belo Horizonte para a subscrição integral de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil em 01/04/2014.

Possuem caráter definitivo e sem assunção de responsabilidade, pelo Cedente, perante a Cessionária, pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro.

Foram cedidos fiduciariamente aos debenturistas da segunda emissão (nota 11.2) em garantia real da operação.

De acordo com as legislações e resoluções fiscais, os Direitos Creditórios a Receber são atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado conforme acima.

Os valores dos Direitos Creditórios a Receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão, 01.04.2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros baseando no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

Nas demonstrações contábeis os Direitos Creditórios a Receber estão classificados em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Recebimento	Atualização	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Direitos Creditórios a Receber	157.129	(156.375)	-	136.460	137.214
(-) Encargos Financ. a Realizar	(31.258)		31.258	(25.532)	(25.532)
Circulante	125.871	(156.375)	31.258	110.928	111.682
Direitos Creditórios a Receber	654.941	-	74.519	(136.460)	593.000
(-) Encargos Financ. a Realizar	(85.029)	-	-	25.532	(59.497)
Não Circulante	569.912	-	74.519	(110.928)	533.503
Total	695.783	(156.375)	105.777	-	645.185



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista as condições da operação, principalmente no que se refere à faculdade da utilização do saldo devedor para quitação do saldo das debêntures subordinadas no vencimento destas, a Companhia entende que não há necessidade de constituir provisão para inadimplência no recebimento destes direitos.

6. Impostos a recuperar

Em 31/12/2016 a Companhia registrou créditos de IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2015	31/12/2015
Imposto de Renda Retido s/ Aplic. Financeiras	2.654	3.306
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	4.408	1.320
	7.062	4.626

7. Aplicações financeiras de longo prazo

Em 06/04/2016 foi realizada pela Companhia amortização parcial das Debêntures de 1ª Emissão, no valor de R\$ 50.891 mil (vide nota nº 11.1), sendo utilizado para pagamento ao Município de Belo Horizonte, o saldo disponível na conta 20.551-6, na aludida data.

Assim, o saldo em 31.12.2016 das Aplicações Financeiras de Longo Prazo correspondem, somente, ao valor das aplicações na Caixa Econômica Federal na modalidade de CDB, com vencimento previsto para 2018, anteriormente classificada como Ativo Circulante.

	31/12/2016	31/12/2015
Aplic. Financeira - BB - CC 20.551-6	-	25.410
Aplic. Financeira CEF 4676-9 - CDB	7.685	-
	7.685	25.410



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Garantias e caucões

8.1. Garantias e caucões classificadas no ativo Não Circulante

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil. Cada conta de aplicação financeira é destinada a prover uma garantia específica, conforme descrito abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplic. Financeira - BB - CC 11206-2	8.381	675
Aplic. Financeira - BB - CC 10815-4	49.582	35.739
Aplic. Financeira - BB - CC 14917-9	-	23.341
Aplic. Financeira - BB - CC 21179-6	3.090	-
Aplic. Financeira - BB - CC 20626-1	-	22.458
Aplic. Financeira - BB - CC 20543-5	16	10
	<u>61.069</u>	<u>82.223</u>

a) Aplicações Financeiras vinculadas às contas nº 11206-2 e nº 10815-4

Destinadas a prover garantia a INOVA na PPP - Parceria Público Privada junto a SMED - Secretaria Municipal de Educação para construção das UMEIS e para construção do Hospital Metropolitano, respectivamente. Todo o fluxo dos créditos COPASA foi dado em garantia das referidas concessões, sendo os limites de R\$ 50 milhões destinado à garantia ao contrato com a INOVA e R\$ 184 milhões destinado à garantia do Hospital Novo Metropolitano.

b) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 14917-9 e nº 21179-6

No primeiro semestre de 2016, em cumprimento às deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de março de 2016 (AGD Rating), a Companhia, juntamente com o agente fiduciário Pentágono S.A. e dos intervenientes anuentes, Secretaria Municipal de Finanças de Belo Horizonte e Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte, realizaram o 3º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO, no qual deliberaram a exclusão, para todos os fins de fato e de direito, das disposições e procedimentos relativos à Conta nº 14917-9 ("Conta de Serviço da Dívida"), destinada, anteriormente, a prover garantia à segunda emissão de debêntures.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi, ainda, criada a conta garantia nº 21179-6 (Conta de Adiantamentos) com a finalidade de manter e aplicar o montante equivalente aos recursos advindos dos Direitos de Créditos Autônomos que venham a ser, sob qualquer forma, antecipada pelo Contribuinte, assim como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido, realizado com recursos dessa conta (vide nota nº 11.2).

c) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 20.626-1

Em razão da execução da garantia da contraprestação, em 06/06/2016, no valor de R\$ 22.208.916,50 (vinte dois milhões, duzentos e oito mil, novecentos dezesseis reais e cinquenta centavos), vinculada ao contrato de parceria público-privada do contrato de Concessão Administrativa do Hospital Metropolitano com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

d) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 20.543-5:

Depósitos referentes às garantias e cauções com fornecedores indicados no Passivo Não Circulante, sobre o saldo é acrescido os valores dos rendimentos financeiros do período depositado.

8.2. Garantias e cauções classificadas no passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores e do saldo residual dos valores providos pelo Município para constituição de garantia de pagamento de contraprestação do contrato de Concessão Administrativa do Hospital Metropolitano, com recursos provenientes da amortização de Debêntures Subordinadas.

Esta dívida com o Município é atualizada de acordo com os rendimentos líquidos da aplicação financeira vinculada à conta corrente nº 20.626-1, que após a execução do valor constante na aludida conta em 06/06/2016 (vide nota 8.1.c), está acrescido de atualização monetária apurada até o fechamento das demonstrações.

Na data de 31.12.2016, o saldo da conta de Garantias e Cauções indicados no Passivo Não Circulante está assim demonstrado:

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	15	10
Prefeitura Mun. de Belo Horizonte	-	22.656
	15	22.666



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Bens destinados à venda

Referem a terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com à Caixa Econômica Federal (vide nota 10) e de terrenos recebidos em 2014 e 2015 como integralização de capital localizados em diversos bairros do Município de Belo Horizonte.

Em 30 de abril de 2015, a companhia celebrou um TERMO DE PERMUTA DE BENS IMÓVEIS COM CESSÃO DE USO GRATUITA ao Município de Belo Horizonte, dos terrenos adquiridos em 2012, na área onde será edificada a Nova Rodoviária, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil. Considerando que o processo de permuta demandaria tempo compatível com o cronograma da referida obra, foi concedida cessão de uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município, a serem selecionados, que dependerá de trâmites legais e burocráticos.

Os terrenos integralizados em 2014 e 2015, correspondem ao valor de R\$ 29.305 mil, foram reavaliados, sem indicações de perda de valor econômico. Encontra-se em andamento processo de licitação para vendas destes terrenos.

Os gastos cartoriais relacionados com as transferências dos terrenos, no importe total de R\$ 120 mil, foram considerados como custo de aquisição.

	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	39.315	39.315
Custo de Aquisição	120	120
	39.435	39.435

10. Empréstimos e financiamentos

Correspondem a financiamentos contratados junto à Caixa Econômica Federal, em abril 2012, para aquisição dos terrenos localizados na área destinada para a construção da nova Rodoviária da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O prazo dos financiamentos é de 120 meses, com o primeiro pagamento em maio de 2012, calculadas no sistema Price, com taxa nominal de 10% (dez por cento) ao ano, corrigidos mensalmente, no dia correspondente ao de suas assinaturas, com base no coeficiente de atualização aplicável ao depósito de poupança com aniversário na mesma data.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações contábeis os saldos devedores dos contratos estão assim evidenciados:

	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Atualização	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Circulante	863	(873)	-	982	972
Não Circulante	6.393	-	124	(982)	5.535
Circulante	7.256	(873)	124	-	6.507

Em 31.12.2016 a classificação do saldo devedor dos financiamentos está assim demonstrada:

DESDOBRAMENTOS DO SALDO DOS FINANCIAMENTOS	
Classificação	Saldo
Até 12 meses	972
de 12 a 24 meses	1.074
de 24 a 36 meses	1.186
de 36 a 48 meses	1.311
de 48 a 60 meses	1.448
após 60 meses	516
TOTAL	6.507

11. Debêntures

As movimentações dos valores das Debêntures no primeiro semestre, assim como os saldos devedores em 31 de dezembro de 2016 estão assim evidenciados:

Descrição da operação	Nota	Saldos em		Atualização	Reversão de		Saldos em
		31/12/2015	Transferência		Juros	Amortização	
Debêntures 1ª Emissão	11.1	58.447	97.410	-	-	(100.767)	55.090
Debêntures 2ª Emissão	11.2	46.953	79.055	-	-	(81.573)	44.435
(-) Custos de captação		(370)	(444)	-	-	553	(261)
Total circulante		105.030	176.021	-	-	(181.787)	99.264
Debêntures 1ª Emissão	11.1	522.708	(97.410)	62.026	-	-	487.324
Debêntures 2ª Emissão	11.2	115.726	(79.055)	10.114	(1.800)	-	44.985
(-) Custos de captação		(661)	444	-	-	-	(217)
Total não circulante		637.773	(176.021)	72.140	(1.800)	-	532.092
TOTAL		742.803	-	72.140	(1.800)	(181.787)	631.356



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.1. Debêntures - 1º Emissão

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1º/04/2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento até 31.01.2023.

Nos termos do item 4.5.3 da Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas, a Companhia poderá, a seu critério, na data de vencimento pagar o saldo devedor mediante a dação em pagamento de parte ou da totalidade do Saldo dos Direitos Creditórios Autônomos. São atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 62.027 mil a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e realizou amortizações parciais no montante total de R\$ 100.767 mil.

Em 31.12.2016 o saldo das Debêntures de 1ª (primeira) Emissão corresponde a R\$ 542.414 mil.

11.2. Debêntures - 2º Emissão

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15/04/2014, correspondia a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15/04/2021.

São atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a.

Os saldos contábeis são reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão e Nova Classificação Fitch Ratings

Em decorrência ao rebaixamento da classificação de riscos apresentada pela Fitch Ratings em 21.01.2016, os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD Rating") realizada em 28.03.2016 e 22.04.2016, deliberaram a alteração do cronograma de amortização das Debêntures, a fim de alterar os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021, e estabeleceram a inclusão da possibilidade e procedimentos para pagamento antecipado, pela Emissora, para a parcela de amortização das Debêntures de 15 de maio de 2016 ("AGD Pagamento Antecipado").

Deste modo, foi celebrado em 09.05.2016 o 3º (terceiro) Aditamento à Escritura, com o propósito de incluir o Novo Cronograma de Amortização, bem como extinguir a "Conta de Serviço da Dívida" e procedimentos a ela relacionados, assim com constituir a "Conta de Adiantamentos" (vide nota 8.1.b).

Assim, perante as novas características vinculadas ao novo aditamento, a Fitch Ratings, em 25.05.2016, removeu a Observação Negativa e afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-sf (bra)' (AA menos sf (bra)) da segunda emissão de debêntures seniores da Companhia.

b) Impacto do Novo Cronograma de Amortização

Diante da alteração do Cronograma de Amortização e o pagamento antecipado para a parcela de 15.05.2016, a Companhia realizou a reversão de R\$ 9.661 mil dos Encargos Financeiros provisionados em seu Passivo, e a reversão no seu resultado da despesa de R\$ 1.800 mil reconhecidas pelo regime de competência sobre o saldo atualizado.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portanto, os saldos devedores da Debêntures de 2ª Emissão estão assim evidenciados:

DEBÊNTURES 2ª EMISSÃO (em milhares de reais)		Saldo em 31/12/2015	Movimen- tação	Atualização	Amortizações	Saldo em 31/12/2016
Circulante	Debêntures 2ª Emissão	61.345	83.417	-	(94.282)	50.480
	(-) Encargos Financ. a Incurrer	(14.392)	14.371	-	(6.024)	(6.045)
	Total circulante.....	46.953	97.788	-	(100.306)	44.435
Não Circulante	Debêntures 2ª Emissão	135.565	(94.878)	10.114		50.801
	(-) Encargos Financ. a Incurrer	(19.839)	15.684	-	(1.661)	(5.816)
	Total não circulante.....	115.726	15.684	10.114	(96.539)-	44.985
Circulante + não circulante		162.679	113.472	10.114	(196.846)	89.420

Em 31.12.2016 o desdobramento do saldo devedor da Debênture de 2ª Emissão está assim demonstrado:

DESDOBRAMENTOS DO SALDO DEVEDOR DEBÊNTURES 2ª EMISSÃO (em milhares de reais)	
Classificação	Saldo
Até 12 meses	44.366
de 12 a 24 meses	19.919
de 24 a 36 meses	16.001
de 36 a 48 meses	7.718
de 48 a 60 meses	1.415
Total	89.420

11.3. Custo de captação

De acordo com o CPC 08, o registro do montante inicial dos recursos captados de terceiros, deve corresponder ao seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão dos passivos financeiros e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos financeiros incorridos na captação totalizam o valor de R\$ 2.000.000 na data de emissão, 15 de abril de 2014, e são reconhecidos mensalmente, de acordo com critério de amortização do título, conforme dispõe o Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão de Debêntures.

Em 31.12.2016 o saldo dos Custos de Captação a amortizar corresponde a R\$ 478 mil.

12. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	67	55
PIS/COFINS/CSLL a recolher	6	3
	73	58

13. Salários, remunerações e encargos sociais

A Companhia apresenta obrigações com funcionários e encargos sociais conforme abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Rem. Diretoria e Conselheiros Adm e Fiscal	35	59
FGTS a recolher	18	15
INSS a recolher	64	54
	117	128

14. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Férias	150	121
Encargos s/ Provisão de Férias	53	43
	203	164



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos Judiciais

A Companhia, através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14/03/2016, contesta a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para o PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, requerendo, destarte, a declaração de inexistência da obrigação tributária.

Em 18.03.2016 foi concedido por meio de liminar o não recolhimento dos valores ao ente federativo, sendo determinado, em contrapartida, a realização dos depósitos dos valores em juízo.

Em 31.12.2016 o saldo atualizado dos depositados judiciais correspondem ao importe de R\$ 3.948 mil. O litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda possível, assim, conforme critérios de reconhecimento do Pronunciamento Técnico Contábil 25, esta provisão não é constituída no passivo da Companhia.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 284.280.301, representado por 32.851.182 ações ordinárias.

16.2. Reservas

a) Reserva legal

Correspondente a 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Juros sobre capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29.09.2016 e 30.09.2016, respectivamente, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de 7.500 mil nos termos do artigo 347 do Decreto nº 3000/99, artigos 202 e 204 da Lei nº 6.404/76 e Interpretação Técnica ICPC 08, imputados ao dividendo obrigatório e observados os limites previstos na Lei nº 9.249/95

c) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do art. 202 da Lei 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

17. Receitas

Em 31 de dezembro de 2016 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Juros	31.258	37.326
Atualização de Créditos	92.036	74.455
Prestação de Serviços (Projetos)	1.715	-
	<u>125.009</u>	<u>111.781</u>

17.1. Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide nota 5.2).

17.2. Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (vide nota 5).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3. Prestação de serviços (Projetos)

Refere-se ao serviço prestado a BH ILUMINACAO PUBLICA S.A. de estudos ao objeto do Edital de Concorrência Pública SMOBI nº 005/2016, Concessão Administrativa para prestação de serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte, conforme autorizado pelo artigo 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

18. Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

	31/12/2016	31/12/2015
Atualização s/ Debêntures	(72.140)	(49.613)
Juros s/ Debêntures	(10.908)	(14.503)
Amortização de custos de captação	(553)	(516)
	(83.601)	(64.632)

19. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 está assim demonstrado:

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras		
Receitas c/ aplicações financeiras	16.284	22.049
Descontos Obtidos	5	5
	16.289	22.054
Despesas Financeiras		
Comissões e Despesas Bancárias	(71)	(51)
Juros s/ empréstimos/financiamentos	(693)	(761)
Atualização saldo empréstimos/financiamentos	(124)	(129)
IOF	(18)	(76)
	(906)	(1.017)
	15.383	21.037



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos de renda e contribuição social

A Companhia adota a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real anual. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. Abaixo segue quadro demonstrativo da apuração do IRPJ e CSLL para o exercício de 2016:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Contábil	23.353	31.122
IR/CSLL diferido	27.737	30.069
(=) Lucro Líquido	51.090	61.191
Adições (+)	558	516
Exclusões (-)	(88.818)	(88.437)
Resultado Fiscal	(37.170)	(26.730)
Base de Cálculo	(37.170)	(26.730)
IRPJ	(9.269)	(6.707)
CSLL	(3.345)	(2.407)
IR/CSLL corrente	(12.614)	(9.114)

Ressalta-se que dentre as receitas auferidas partes destas não foram realizadas, sendo assim excluídas da base de cálculo para fins de apuração.

20.1. Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Receita Não Realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.598 e o artigo 10º da IN nº 21/79, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

IRPJ E CSLL DIFERIDOS (em milhares de reais)	IRPJ E CSLL PROVISIONADO
Saldo em 31/12/2015	50.624
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada Copasa	4.468
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	23.385
TOTAL	78.477

20.2. Crédito fiscal a compensar

Em 31.12.2016 a Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

Créditos fiscais de irpj e cssl sobre Prejuízo Fiscal/Bases Negativas	IRPJ (15%), Adic. IRPJ (10%) E CSLL (9%)
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	96
Compensação Prej. Resultado Exercício 2013	(89)
Saldo Prej. Fiscal Exercício 2012 não compensado	7
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.987
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.269
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.614
Total	27.877

21. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são relativas às Debêntures de 1ª Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário, e integralizadas, por este, mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber), conforme mencionado nas notas explicativas nº 5.2 e 11.1. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que o município está sujeita.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Ativos e passivo financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos estão representados:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantido até o vencimento				
Créditos a Receber (exceto Direitos Creditórios a Receber)	256.524	256.524	255.756	255.756
Direitos Creditórios a Receber	645.185	645.185	695.783	695.783
Empréstimos CEF	6.507	6.507	7.256	7.256
Debêntures 1ª Emissão	542.414	542.414	581.155	581.155
Debêntures 2ª Emissão	89.420	89.420	162.679	162.679

Os créditos recebíveis relativos à projetos específicos vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte, o valor justo é considerado idêntico aos saldos contábeis, principalmente, considerando que foram dados em garantia em operações de emissões de debêntures e de contratos de PPP, que são operações de longo prazo, estando assim impossibilitados de serem negociados no mercado.

23. Eventos subsequentes

a. Atualização monetária:

Em de janeiro de 2017 a Companhia efetuou a contabilização da atualização monetária dos Direitos Creditórios a Receber, bem como das Debêntures de 1ª Emissão. No exercício de 2016 a variação acumulada do IPCA-E publicada pelo IBGE foi calculada em 6,58%, tendo um ajuste no saldo de Direitos Creditórios a Receber no importe de R\$ 42.453 mil.

Em relação às Debêntures de 1ª Emissão, a atualização monetária é calculada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, cuja variação acumulada no exercício de 2016 é de 6,29%, conforme índices divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, resultando um ajuste no saldo das Debêntures Subordinadas a pagar no importe de R\$ 34.117 mil.

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
CPF: 418.354.846-20

Vander Lima Fernandes
Contador: CRC/MG 059391/O-0
CPF: 813.536.506-34



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

ASSOCIADOS

